



CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº SMOI 019/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LEAL-PI, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA E A EMPRESA LUIZ CARLOS ALVES CAVALCANTE LTDA., ESTABELECIDO ATRAVEZ DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2023, PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA VEICULOS AUTOMOTORES LINHA LEVE (CAMINHONETES E CARRO DE PASSEIOS).

Aos 15 (quinze) dias do mês de setembro de do ano de dois mil e vinte e três, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LEAL/PI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 18.207.211/0001-65, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E INFRAESTRUTURA**, com sede provisória á Avenida Ulisses Guimarães S/N - Bairro São João, neste ato representado pelo **Sr. LUCIANO FERREIRA DO NASCIMENTO**, Secretário Municipal Obras e Infraestrutura, portador do CPF 006.515.429-01 e RG 795.014-SESP-PR, residente e domiciliado na Rua São Lucas 107-, nesta cidade, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, e, em sequência, designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **LUIZ CARLOS ALVES CAVALCANTE LTDA.**, inscrita no C.N.P.J.(MF) sob o n.º 69.626.232/0001-56, estabelecida na cidade de Floriano, Estado do Piauí, à Avenida Bucar Neto 599- Bairro Centro, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representado por **LUIZ CARLOS ALVES CAVALCANTE**, portado do CPF 163.024.863-00, residente e domiciliada na Avenida Senador Dirceu Arcoverde nº 1916, Bairro Via Azul, CEP 64.066-635- Floriano Piauí, e daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, e em conformidade com o disposto no artigo 60 e, da Lei n.º 8.666/93, firmam o presente **CONTRATO** para o fornecimento de **PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA VEICULOS AUTOMOTORES LINHA LEVE (CAMINHONETES E CARRO DE PASSEIOS)**, a serviço das Secretarias Municipais de Sebastião Leal-PI conforme especificações constante do **LOTES 12**, do termo referencia do edital, e da proposta apresentada, que constitui parte integrante do procedimento licitatório em epígrafe, conforme estabelecido no pregão Eletrônico 020/2023 do Processo nº 053/2023; observadas as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U de 18 de julho de 2002, e alterações posteriores; pelo Decreto Municipal nº 014/2022, , Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa acima qualificada para fornecimento de forma parcelada e sob demanda, de **AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA VEICULOS AUTOMOTORES LINHA LEVE (CAMINHONETES E CARRO DE PASSEIOS)** a serviço da **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Sebastião Leal-PI**, conforme especificações constantes do **Lote 12**, e demais exigências previstas neste edital e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.
- 1.2 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESOPOLIS

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA O MUNICÍPIO DE TERESOPOLIS, RJ, PARA O ANO DE 2014. O OBJETO DA LICITAÇÃO É A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA O MUNICÍPIO DE TERESOPOLIS, RJ, PARA O ANO DE 2014. O OBJETO DA LICITAÇÃO É A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA O MUNICÍPIO DE TERESOPOLIS, RJ, PARA O ANO DE 2014.

1. O MUNICÍPIO DE TERESOPOLIS, RJ, PREZADO SENHOR LICITANTE, TEM O PRAZO DE VALIDADE DE SEUS LANCES DE 90 (NOventa) DIAS, A PARTIR DA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES, CONFORME ESTABELECIDO NO ARTIGO 15 DO DECRETO Nº 4.750/2003, E O PRAZO DE VALIDADE DE SEUS LANCES DE 90 (NOventa) DIAS, A PARTIR DA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES, CONFORME ESTABELECIDO NO ARTIGO 15 DO DECRETO Nº 4.750/2003, E O PRAZO DE VALIDADE DE SEUS LANCES DE 90 (NOventa) DIAS, A PARTIR DA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES, CONFORME ESTABELECIDO NO ARTIGO 15 DO DECRETO Nº 4.750/2003.

2. O MUNICÍPIO DE TERESOPOLIS, RJ, PREZADO SENHOR LICITANTE, TEM O PRAZO DE VALIDADE DE SEUS LANCES DE 90 (NOventa) DIAS, A PARTIR DA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES, CONFORME ESTABELECIDO NO ARTIGO 15 DO DECRETO Nº 4.750/2003, E O PRAZO DE VALIDADE DE SEUS LANCES DE 90 (NOventa) DIAS, A PARTIR DA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES, CONFORME ESTABELECIDO NO ARTIGO 15 DO DECRETO Nº 4.750/2003, E O PRAZO DE VALIDADE DE SEUS LANCES DE 90 (NOventa) DIAS, A PARTIR DA DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES, CONFORME ESTABELECIDO NO ARTIGO 15 DO DECRETO Nº 4.750/2003.



1.3 A CONTRATADA executará os fornecimentos rigorosamente de acordo com os prazos e termos deste contrato e documentos dele integrantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES E PRAZOS DE FORNECIMENTO DO OBJETO

1 O objeto deverá ser fornecido de acordo com as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

1.1 A autorização de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, através da secretaria requisitante, cabendo à mesma todos os atos burocráticos indispensáveis a uma regular administração.

2. A contratada ficará obrigada a fornecer o objeto quando requisitado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, da emissão e envio da Ordem de Fornecimento.

3. O objeto desta licitação será recebido provisoriamente, caso se constate real necessidade, no local e endereço indicados pela contratante, para verificação da conformidade do objeto com as condições, especificações e exigências do edital.

4. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

4.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

4.2. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

4.3. Outro prazo poderá ser acordado, desde que não reste prejuízos para a Administração.

5. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável ou equipe designada.

6. O quantitativo dos serviços fixados Termo de Referência não obriga a Administração a adquirir o total estimado, não existindo direito adquirido quanto ao fornecimento integral das quantidades descritas.

7. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA quaisquer danos ou perdas ocorridas com a execução contratual, cabendo a este providenciar sua substituição sem quaisquer ônus para a SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, não representando estas substituições razão para prorrogação dos prazos de fornecimento estabelecidos neste Contrato.

8. A CONTRATADA assume integral responsabilidade pela adoção de todas as medidas de segurança necessárias para a execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

6. O valor global do presente CONTRATO é de **R\$ 42.400,00 (quarenta e dois mil e quatrocentos reais)**, para todo o período de sua vigência, conforme valores expressos na proposta vencedora do lote 12.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1 As despesas correrão por conta de recursos oriundos, conforme segue:

ELEMENTO DE DESPESA	PROJETO/ATIVIDADE	FONTE DE RECURSOS
500- FPM/ICMS	15.452.1261.1050- Manut. Sec. Obras	33.90.30-Mat. Cons.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, após o atendimento de cada pedido, requerimento solicitando o pagamento devidamente acompanhado da fatura/nota fiscal devidamente atestada pelo setor requisitante e cópia da Nota de Empenho.



2. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada do requerimento e fatura-recibo no protocolo do órgão/ente contratante, ou em outro prazo que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos.
3. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções.
4. Os pagamentos serão feitos através de transferência bancária na conta corrente da contratada, que deverá indicar a instituição bancária, agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o critério correspondente. Estas informações devem constar da nota fiscal ou nota fiscal/fatura.
5. Consoante disposto no Art. 40, XIV alíneas "c" e "d" da Lei nº 8.666/93, nos pagamentos realizados fora do prazo máximo fixado no item 2 acima, poderão incidir juros e correções na forma prevista na legislação.
 - 5.1 No caso de eventual atraso de pagamento, e mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.
 - 5.2 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo o Município por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.
 - 5.3 A contratada não receberá pagamento enquanto houver pendências de obrigações que tenham sido impostas em virtude de penalidades ou inadimplemento. Cessadas estas causas, os pagamentos serão retomados sem que haja qualquer direito a atualização monetária.
6. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
 - a) Certidão Negativa de Débitos CNDT;
 - b) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Material – FGTS
 - c) Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas: Federal, Municipal e Estadual.

CLAUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

18. O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura e plena eficácia a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios, com duração de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos casos autorizados na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores se for o caso

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto.
2. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses.
3. Arcar com todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como: Transporte, frete, carga e descarga, na forma da legislação vigente.
4. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que darão origem ao contrato.
5. A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto a qualidade dos materiais/serviços fornecidos, bem como, efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer material entregue comprovadamente inutilizável.
6. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos materiais/serviços, respondendo pelos mesmos nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações;
7. Garantir os preços cotados pelo período de 60 (sessenta) dias;

Main body of faint text, appearing to be a list or series of entries. The text is illegible due to low contrast and blurring.

Second section of faint text, continuing the list or entries. The content is not discernible.

Third section of faint text, possibly a different type of entry or a continuation. The text is too light to read.



8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
9. Assumir inteira responsabilidade pela execução do contrato e efetua-los de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do contrato;
10. Comunicar imediatamente, por escrito, a CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada;
11. Responder civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por seus empregados dolosa ou culposamente;
12. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe, integralmente o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;
13. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos, na execução do contrato.
14. Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato conforme estabelecido no art. 68 da Lei nº 8.666/93;
15. Em nenhuma hipótese, veicular publicidade ou qualquer outra informação à cerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
16. Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do Contrato, e que sejam ajuizados contra a CONTRATANTE, por terceiros;
17. Submeter-se a mais ampla fiscalização da CONTRATANTE, por meio de seus fiscais/gestores a qualquer época durante a vigência do Contrato, a qual poderá ser efetuada nas dependências da CONTRATADA, tudo isto visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste procedimento;
- 2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- 3 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- 4 Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos materiais/serviços fornecidos, para imediata substituição;
- 5 Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais e tributários antes de cada pagamento;
- 6 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo;
- 11 Aplicar sanções administrativas quando se fizerem necessárias, após o direito da ampla defesa e do contraditório.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

13.0- O preço ajustado poderá sofrer alteração, desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- 10.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados o descumprimento pela CONTRATADA de suas obrigações ou a infringência de preceitos legais implicarão, segundo a gravidade da falta, na aplicação das seguintes penalidades:
- 10.2. A recusa injustificada da licitante vencedora em apresentar nova proposta após a rodada de lances, apresentar proposta final em desconformidade com as especificações e preços registrados, não comparecer para assinar o contrato, bem como não aceitar ou retirar a nota de



empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legal estabelecidas.

10.3. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DE SEBASTIÃO LEAL, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

10.3.1 Advertência.

10.3.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste Edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias uma vez comunicada oficialmente.

10.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.3.4. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

10.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA SEBASTIÃO LEAL, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

10.4. As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DE SEBASTIÃO LEAL ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

10.5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do vencedor ou adjudicatário, na forma da Lei.

10.6. O contrato poderá ser rescindido nos termos do que dispõe os artigos 77 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações.

10.7. As penalidades pecuniárias serão, sempre que possível e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, descontadas dos créditos da CONTRATADA ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.8. Após a aplicação de qualquer penalidade prevista neste capítulo, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), contando o fundamento legal da punição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Fica designado a servidora **MARIA FRANCISCA BRITO VELOSO**, portadora do CPF de nº 061.042.773-30. como o gestor do presente Contrato, o qual acompanhará a execução do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, além das penalidades específicas, a sua rescisão com as consequências contratuais e legais.

12.2. Constituem motivo de rescisão, os elencados nos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, com redação atualizada pela Lei 8.883/94.

12.3. A rescisão do contrato se dará na forma estipulada e prevista em lei (art. 79, e seguintes, da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE

13.7- A CONTRATADA responde civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.6- Faz parte deste Contrato, o edital do Pregão Eletrônico Nº 0020/2023, Processo Administrativo nº 053/2023 e seus anexos e a proposta da Contratada, como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Manoel Emidio, Estado do Piauí, da qual este Município é Termo, para dirimir os conflitos que possam advir da execução do presente Contrato, que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

15.2. Os casos omissos serão decididos pela Administração CONTRATANTE.

E por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Sebastião Leal-PI, 15 de Setembro de 2023.

Luciano Ferreira do Nascimento

Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura
CONTRATANTE

LUIZ CARLOS ALVES
CAVALCANTE

Assinado de forma digital por
LUIZ CARLOS ALVES CAVALCANTE
LTDA:69626232000156

LTDA:69626232000156 Dados: 2023.09.15 13:50:03 -03'00'

Luiz Carlos Alves Cavalcante
PI/ LUIZ CARLOS ALVES CAVALCANTE LTDA.
CONTRATADO

Testemunhas

1)- Michelly B.F. Veloso

2) Isuelia de Sousa Brito

SECRETARY GENERAL OF THE UNITED NATIONS
FOR INFORMATION OF THE SECRETARY GENERAL

IN A LETTER DATED AT NEW YORK ON 15 JANUARY 1964, THE SECRETARY GENERAL ADVISED THAT HE HAD RECEIVED FROM THE SECRETARY GENERAL OF THE UNITED NATIONS A COPY OF THE REPORT OF THE SECRETARY GENERAL ON THE SITUATION IN THE MIDDLE EAST FOR THE YEAR 1963.

THE SECRETARY GENERAL OF THE UNITED NATIONS HAS REQUESTED THAT THE SECRETARY GENERAL OF THE UNITED NATIONS BE KEPT ADVISED OF ANY DEVELOPMENTS IN THE MIDDLE EAST WHICH MAY BE OF INTEREST TO THE UNITED NATIONS. THE SECRETARY GENERAL OF THE UNITED NATIONS HAS REQUESTED THAT THE SECRETARY GENERAL OF THE UNITED NATIONS BE KEPT ADVISED OF ANY DEVELOPMENTS IN THE MIDDLE EAST WHICH MAY BE OF INTEREST TO THE UNITED NATIONS.

FOR THE SECRETARY GENERAL
SECRETARY GENERAL OF THE UNITED NATIONS